

PRIORIDADES DA CIP

POR UMA **EUROPA LÍDER** E QUE **AVANÇA**

2019–2024



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL





MENSAGEM DO PRESIDENTE



Aproxima-se um novo ciclo institucional na Europa. É o momento de grandes debates sobre os problemas que enfrentamos e as mudanças que se avizinham.

O ponto de partida deve ser relembrar o quanto alcançámos graças à União Europeia, um projeto de paz, democracia e liberdade; que defende altos padrões a nível de trabalho, qualidade e ambiente; rica em cultura, história e tradições. Uma Europa de valores.

Mas enfrentamos grandes desafios. A nível interno, a divergências de interesses dos Estados-Membros e a falta de coesão fragilizam o projeto europeu, num ambiente onde os efeitos da crise económica e financeira ainda se fazem sentir. A nível externo, vivemos num contexto incerto a nível geopolítico, com alianças históricas que se degradam e o retorno do protecionismo, num momento em que seria necessário gerar consensos para dar resposta a desafios globais.

Temos, assim, que usar este momento de mudanças políticas para fortalecer a união interna, assegurar maior convergência entre as economias dos Estados-Membros, e reposicionar a Europa a nível mundial, apostando nas áreas do futuro e dotando a União Europeia dos mecanismos necessários para fazer face aos desafios e concorrência globais.

Votar nas eleições para o Parlamento Europeu é o nosso direito, mas também a nossa responsabilidade. E os nossos representantes têm o dever de trabalhar para fortalecer o projeto europeu neste período de grande instabilidade e euroceticismo.

A CIP, tal como tem vindo a fazer ao longo das últimas décadas, quer contribuir para uma Europa mais forte e coesa. Apresentamos, assim, as nossas prioridades para o próximo ciclo e continuaremos ativos a trabalhar com o objetivo de melhorar este grande projeto que é a União Europeia.

António Saraiva



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
1. UMA EUROPA INOVADORA, DIGITAL E SUSTENTÁVEL	7
2. UMA EUROPA ABERTA E GLOBAL	9
3. UMA EUROPA COESA EM CRESCIMENTO	10
4. UMA EUROPA QUE AVANÇA SEM BARREIRAS	12
5. UMA ZONA EURO DINÂMICA E RESILIENTE	13



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

INTRODUÇÃO

Para que a União Europeia se afirme como projeto comum, capaz de mobilizar as vontades dos seus povos, precisa de avançar em duas frentes interrelacionadas, onde residem hoje os seus problemas fundamentais: a coesão económica e social, sem a qual não será possível construir a coesão política; a capacidade de assegurar o crescimento económico necessário para responder às aspirações de prosperidade dos seus cidadãos.

A coesão económica e social é uma condição fundamental, não só do ponto de vista político, mas também para alcançar a homogeneidade económica indispensável para que uma mesma política monetária seja adequada para toda a zona euro. É necessário que as economias com níveis mais fracos de produtividade progridam a ritmos mais fortes do que as mais desenvolvidas, retomando assim o caminho da convergência económica real, através de uma maior igualdade de oportunidades e condições entre as nações e as regiões que a compõem.

Para atingir maiores níveis de prosperidade, importa alicerçar o crescimento na produtividade e, consequentemente, na inovação e nas oportunidades abertas pela acelerada evolução tecnológica, marcada pela transformação digital. Isto exige uma aposta séria na qualificação dos recursos humanos e no investimento.

Para relançar o investimento, a União Europeia precisa de ultrapassar dois constrangimentos que afetam a maior parte das suas economias e que dificultam o financiamento desse investimento: elevados níveis de endividamento, público e privado, fruto de uma excessiva alavancagem, e baixos níveis de poupança.

Daí a importância de um aprofundamento da União Económica e Monetária que permita libertar a área do euro dos efeitos recessivos de uma correção dos desequilíbrios macroeconómicos, exclusivamente focada na disciplina orçamental das economias

deficitárias e que conduza a uma gestão mais eficiente das dívidas soberanas, através de formas da sua mutualização.

Daí, também, a importância de criar uma capacidade orçamental para a zona euro para assegurar a estabilidade, impulsionar o investimento e incentivar as reformas estruturais nacionais, bem como da conclusão da União Bancária e do desenvolvimento de uma União dos Mercados de Capitais que promova a diversificação das fontes de financiamento das empresas, tornando-as menos dependentes do crédito bancário.

Para este duplo objetivo de coesão e prosperidade, as empresas são agentes fundamentais.

As empresas são os principais criadores de empregos, crescimento e inovação. Para além de bens e serviços, fornecem também soluções para problemas que enfrentamos diariamente, por exemplo a nível de saúde, mobilidade e sustentabilidade.

Mas para continuarmos a desempenhar este papel, precisamos de uma União Europeia que permita um ambiente atrativo para o investimento e a inovação empresarial, libertando as empresas do peso de regulamentação excessiva e outros custos da atividade empresarial que afetam a nossa competitividade e a atratividade da UE como destino de investimento.

As empresas portuguesas defendem o crescimento e a competitividade a nível europeu, fazendo ouvir a voz das empresas do nosso País nas questões que mais influenciam o seu desempenho. Acreditamos que é o momento de construir uma Europa competitiva. Para isso necessitamos de:

1. Uma Europa inovadora, digital e sustentável
2. Uma Europa aberta e global
3. Uma Europa coesa
4. Uma Europa que avança sem barreiras
5. Uma zona euro dinâmica e resiliente

1. UMA EUROPA INOVADORA, DIGITAL E SUSTENTÁVEL

A União Europeia é líder mundial em muitos setores, especialmente no que respeita aos produtos e serviços sofisticados de elevado valor acrescentado. A indústria é a pedra angular da prosperidade económica na União Europeia: representa 36 milhões de empregos diretos, contribui para os elevados níveis de vida de que os europeus desfrutam, é indispensável à capacidade de inovação e é uma peça fundamental no papel que a Europa desempenha no mundo.

Por outro lado, a União Europeia é a maior fábrica de conhecimento do mundo, sendo responsável por quase um terço da produção científica e tecnológica mundial.

Para manter e reforçar a liderança da Europa na era da globalização, dos desafios da sustentabilidade e da rápida evolução tecnológica, é preciso articular e valorizar todo este potencial, assegurando que as ideias inovadoras e os progressos tecnológicos resultam na produção competitiva de bens e serviços valorizados pelos mercados globais.

O futuro da Europa está fortemente ligado ao futuro da sua indústria: a forma como iremos desenvolver a nossa indústria vai definir a posição e a importância da União Europeia a nível mundial. Decisões sobre política industrial são, assim, de importância estratégica para a Europa. Se a Europa quer encontrar soluções para os desafios comuns da nossa sociedade, terá de assegurar uma indústria de excelência, bem como os serviços a ela associados, com ganhos crescentes de produtividade.

No momento em que o debate em torno da política industrial está focado na dificuldade que a Europa demonstra em desenvolver mais empresas líderes em termos mundiais, é preciso não esquecer que são as PME, e sobretudo as micro e pequenas empresas, que compõem maioritariamente a malha empresarial da economia europeia e que ditam o seu ritmo de crescimento. Estas têm que ser o alvo preferencial e bem visível das políticas europeias de desenvolvimento económico e social.

Por outro lado, o desempenho dos setores transformadores está cada vez mais relacionado com a competitividade do setor dos serviços. Os serviços representam dois terços da economia da União Europeia e pesam já quase um terço no comércio internacional, sendo cada vez maior a interdependência entre serviços e indústria. É preciso dar um novo impulso ao setor dos serviços, estimulando o seu desenvolvimento e explorando melhor o potencial do mercado único.

Em suma, precisamos construir uma economia baseada em inovação e talento qualificado, que respeita o ambiente, e que gere o progresso tecnológico de forma adequada, considerando o papel e as especificidades de todos os setores produtivos e de todas as empresas.

- **Política industrial:** A União Europeia precisa de conceber e implementar uma nova estratégia industrial, baseada na inovação, digitalização e progresso tecnológico, e assegurar uma gestão adequada das novas tecnologias na sociedade. Com o novo ciclo institucional, temos a oportunidade de dar novo ênfase a esta temática, através de novos instrumentos de governação e assegurando um papel de destaque na próxima Comissão Europeia. O novo contexto global coloca em evidência uma série de questões que a próxima política industrial europeia terá de definir, nomeadamente sobre política de concorrência, desenvolvimento de sectores-chave, a incorporação de valores no desenvolvimento de novas tecnologias, e a emergência de grandes empresas estratégicas ("campeões europeus").

• **PME A política da União Europeia para as PME** deve ser reforçada por:

- uma agenda de ação política horizontal, mais visível e mais coerente para as PME,
- a inclusão em todas as estratégias da UE relacionadas com o crescimento de objetivos claros em termos de promoção do crescimento das PME.

• **Investimento:** O investimento Europeu tem de ser muito superior ao atual se se aspira a uma liderança global em tecnologia e inovação. Isto é condição necessária para assegurar que a União Europeia tem capacidade para definir tecnologias de ponta, e estar na vanguarda do desenvolvimento e aplicação da Inteligência Artificial (robótica, mobilidade, tecnologias espaciais e de defesa, etc). É também necessário desenvolver uma cultura menos avessa ao risco e assegurar que temos os instrumentos necessários para financiar empresas e projetos de grande potencial. A União Europeia necessita de continuar a fomentar o investimento. Para além do novo programa de investimento – InvestEU – é urgente combater barreiras ao investimento e assegurar que a UE se mantém uma região atrativa para investimento estrangeiro.

• **Digital:** A nível da economia digital, é fundamental garantir que a Europa está em situação de igualdade com outros concorrentes mundiais. Sem um ambiente legislativo adequado, as competências certas e os investimentos necessários em infraestruturas de banda larga de muito alta velocidade, a Europa continuará a perder protagonismo neste setor crucial da economia.

• **Sustentabilidade e Clima:** A UE deve continuar a liderar na implementação de tecnologias sustentáveis, o que requer investimento em investigação e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é necessário garantir que os esforços para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa são justos e proporcionados em toda a economia, e garantir a equidade entre sectores. No entanto é essencial que os esforços europeus sejam acompanhados pelas grandes economias mundiais, sob pena de uma perda significativa de competitividade das empresas europeias.

• **Economia Circular:** é necessário pensar na Economia Circular num contexto global, e assegurar a coordenação entre políticas industrial, de ambiente, de energia e clima. A necessidade das grandes mudanças de comportamento dos consumidores, essenciais à transição para uma Economia Circular, deve estar na agenda das instituições Europeias e de cada Estado-Membro. É fundamental garantir a partilha de boas práticas e medidas circulares, e a promoção da incorporação de matérias-primas secundárias (resíduos ou subprodutos) nos produtos. Para tal é necessário um mercado único funcional para matérias-primas secundárias, com legislação europeia harmonizada e normas técnicas que garantam a qualidade e segurança dos produtos com elevados níveis de incorporação destas.

• **Qualificações:** A revolução digital em curso exige, mais do que nunca, um forte investimento nas qualificações e competências, no contexto da aprendizagem ao longo da vida, por forma a promover o desenvolvimento das empresas e dar resposta às carências dos trabalhadores. Os sistemas de educação e formação profissional devem ser profundamente reformulados no sentido de, de forma rápida e ágil, darem resposta às necessidades dos mercados de trabalho. Por outro lado, a UE deve reforçar a sua capacidade para atrair trabalhadores altamente qualificados de países terceiros.

• **Custos empresariais:** A UE precisa de um ambiente atrativo para a competitividade e a inovação empresarial. É preciso libertar as empresas do peso de regulamentação desnecessária e demasiado onerosa, dos elevados impostos e preços da energia, e de outros fatores que tornam excessivos os custos da atividade industrial na Europa, especialmente para as PMEs. O impacto da política energética na competitividade industrial tem que ser tido em consideração, uma vez que o valor acrescentado da indústria é (e continuará a ser) muito dependente da capacidade de acesso à energia a custos competitivos. No entanto, os preços da energia para o consumidor industrial na UE continuam a ser mais do dobro dos praticados nos EUA.

• **Concorrência:** Defender e priorizar os interesses europeus, exige compreender a concorrência num contexto global. É necessário que a União Europeia

repense a sua política de concorrência de forma a sem colocar em risco o bom funcionamento do seu poder competir com outras grandes potências, mas mercado único.

2. UMA EUROPA ABERTA E GLOBAL

A União Europeia é o maior bloco comercial do mundo. É o principal parceiro comercial de cerca de 80 países. Em comparação, os Estados Unidos da América ocupam esta posição em pouco mais de 20 países. Juntos, os 28 membros da União Europeia são responsáveis por 16% das importações e exportações mundiais de bens e serviços.

A União Europeia é também o maior recetor de investimentos internacionais e o maior emissor de investimentos no exterior.

Tem a maior rede de acordos comerciais preferenciais do mundo: cerca de 70 no total, nos cinco continentes.

A União Europeia tem, assim, a capacidade e a responsabilidade de moldar um sistema comercial global aberto e promotor de desenvolvimento para todos, baseado em regras justas - e garantir que essas regras sejam respeitadas.

Individualmente, os Estados-Membros europeus são cada vez menos relevantes no contexto mundial e incapazes de responder efetivamente aos desafios globais que enfrentamos. Mas, agindo em conjunto, a UE e os seus Estados Membros têm as capacidades e os meios necessários para encontrar soluções a problemas comuns e fazer a diferença a nível global.

A Europa deve continuar a impulsionar o livre comércio internacional, combatendo a nova onda de protecionismo que se vive. A UE tem, ainda, um papel determinante a desempenhar no processo de globalização, de forma a assegurar que os benefícios sejam bem distribuídos, e reforçando a capacidade dos Estados-Membros e das suas empresas para enfrentar a concorrência global, promovendo, ao mesmo tempo, os valores europeus com países terceiros.

• **Posicionamento da União Europeia no Mundo:**

A União Europeia tem de desenvolver a capacidade política, económica e tecnológica para estar em pé de igualdade com outras grandes potências, permitindo assim relações equilibradas, baseadas no respeito e interesse mútuo.

• **Desafios globais:** A Europa tem de estar na linha da frente na resolução de desafios globais, mantendo a sua firme defesa de um sistema de comércio internacional baseado em regras comuns, desenvolvendo todos os esforços para, em conjunto com os seus principais parceiros, reformar e modernizar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e tornar o seu funcionamento mais eficaz, designadamente no que se refere ao mecanismo de resolução de litígios.

Noutros domínios relevantes para os atuais desafios mundiais, tais como as alterações climáticas a Europa deve promover acordos globais, garantindo condições equitativas para todos os intervenientes.

• **Comércio internacional:** Guerras comerciais não têm vencedores. A Europa precisa de defender o livre comércio e o investimento internacional, combatendo a nova tendência protecionista que enfrentamos. Para além de continuar a defender o estabelecimento de acordos multilaterais de comércio, a política comercial da EU terá, apesar de tudo, de prosseguir com a celebração de Acordos de Comércio Livre (ACLs) bilaterais e multilaterais por forma a garantir o crescimento do seu comércio internacional. Neste contexto, é essencial continuar a melhorar a

aplicação de medidas que promovam uma utilização efetiva destes Acordos, especialmente por parte das pequenas e médias empresas europeias, incluindo uma implementação criativa do novo capítulo “PME” destes ACLs.

No âmbito da política comercial da EU, importa relevar o papel dos Instrumentos de Defesa Comercial e assegurar que as alterações significativas, de que foram objeto recentemente, não se traduzam na diminuição do nível de proteção das empresas europeias industriais contra práticas desleais de países terceiros.

• **África:** É fundamental assegurar o fortalecimento das relações políticas e económicas com o continente africano, onde as empresas europeias enfrentam a forte concorrência de empresas de outros continentes. Com o fim do prazo de vigência do Acordo de Cotonou, em 28 de fevereiro de 2020, e no quadro das atuais negociações para o pós-Cotonu, deve estabelecer-se um novo paradigma baseado numa parceria estratégica com Africa, mais do que numa relação de doador-beneficiário. Nesse contexto, é fundamental concretizar o apoio às empresas europeias no âmbito do comércio e do investimento, e seu financiamento, no âmbito do Plano Europeu de Investimento Externo (PEIE) e das garantias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável (FEDS). No que se refere ao financiamento do investimento haverá ainda que articular este Plano com o desempenho do Banco Europeu de Investimento

(BEI) e das Instituições Europeias de financiamento ao Desenvolvimento (EDFIs). É ainda importante alargar o âmbito da liberdade de comércio entre a U.E. e Africa e melhorar os Acordos de Parceira Económica. No sentido de promover e atrair mais investimento e comercio em Africa seria importante que os africanos iniciassem um processo de integração regional que permita alargar os mercados e a livre circulação de pessoas, bens e serviços.

• **Mercosul:** é necessário assegurar a celebração rápida do Acordo de Associação da U.E. com o Mercosul, com importância incontornável para o desenvolvimento das relações económicas com esta região. As negociações técnicas do Acordo já alcançaram um significativo avanço, resta criar condições favoráveis ao desenvolvimento da vontade política necessária à sua celebração.

• **Reino Unido:** A UE tem de manter uma parceria próxima com o Reino Unido a nível económico, político e de segurança, salvaguardando simultaneamente a integridade do mercado único europeu. Para além da necessidade de fazer face aos desenvolvimentos de curto prazo, há que atenuar os efeitos negativos da saída do Reino Unido no médio e longo prazo, por via da redução do peso da faixa atlântica da União Europeia e, consequentemente, da reversão da tendência de abertura e intensificação do relacionamento com o continente americano.

3. UMA EUROPA COESA EM CRESCIMENTO

Reconhecendo que o simples funcionamento dos mercados é insuficiente para reduzir disparidades de desenvolvimento no seu seio, a União Europeia dotou-se de uma política de coesão que tem contribuído para combater fatores que estão na base do atraso de desenvolvimento de muitas das suas regiões, designadamente a insuficiência de infraestruturas, a fraca qualificação dos recursos humanos e as dificuldades de acesso das empresas ao financiamento.

A Comissão Europeia estima que um terço da criação de emprego líquido na União Europeia, em 2007/2013, resultou de investimentos financiados pela política de coesão, e que esta política foi responsável por um acréscimo do PIB de 3%, em 2015, nos principais países beneficiários.

O investimento em 2014-2020 deverá permitir alcançar o mesmo valor de 3% do PIB, em 2023.

Uma avaliação independente constatou que cada euro investido através dos fundos europeus gera, a prazo, 2,74 euros de PIB adicional.

Em Portugal, no período de programação de 2007/2013, os fundos europeus apoiaram 16.000 empresas através dos Sistemas de Incentivos, bem como a criação de 2.500 *startups*. No atual período de programação 2014/2020, foram já quase 14.000 as empresas que beneficiaram diretamente destes fundos. Foram já 21.500 os trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial e mais de 400.000 as participações em ações de formação financiadas no âmbito da inclusão social e emprego.

Uma Europa coesa é fundamental para o correto funcionamento da União Europeia, e da zona euro em particular. Mas, apesar de ser um objetivo central da União Europeia, estamos longe de alcançar a coesão necessária. Se algum progresso tinha sido alcançado, as crises da última década interromperam este processo. É, assim, necessário que a Europa reforce a atenção a esta questão nos próximos anos, combatendo as fragilidades específicas das economias das suas diferentes regiões, bem como as divergências de diversa natureza entre o centro e a periferia.

Maior coesão é também necessária a nível social. Os efeitos da crise ainda se fazem sentir em muitos Estados-Membros. A UE tem de assegurar um crescimento inclusivo e criar oportunidades para todos. A Europa é um exemplo a nível mundial no que diz respeito aos sistemas sociais e aos padrões elevados que defende. Mas só seremos um exemplo a seguir pelo resto do mundo se conseguirmos provar a competitividade e a sustentabilidade económica do nosso modelo.

• **Orçamento Europeu:** O Orçamento Europeu 2021-2027 deve refletir novas prioridades e contribuir para construir, com base na inovação e com as infraestruturas necessárias, a Europa do futuro: uma Europa coesa, competitiva e segura. As discussões que estão em curso devem ser finalizadas atempadamente de forma a assegurar que os diferentes programas estão finalizados para lançamento em 2021.

• **Política de coesão:** A política de coesão para 2021 e 2027 deve ser simplificada e mais eficiente, nomeadamente através de um sistema de controlo mais fácil e de uma abordagem integrada dos diferentes fundos. A política de coesão deve ser integrada numa verdadeira política de investimento a nível europeu, em que os projetos são selecionados com base na sua qualidade e não na dimensão das empresas que os desenvolvem. Esta política deve promover e desenvolver uma estratégia de discriminação positiva que beneficie as regiões menos desenvolvidas, bem como as que enfrentam particulares desafios, nomeadamente as ultraperiféricas, cujas especificidades são reconhecidas pelo artigo 349º do Tratado da União.

• **Estratégias de especialização inteligente:** Precisamos de fomentar estratégias de especialização

inteligente de forma a que as regiões desenvolvam as suas competências em sectores-chave, sem prejuízo da necessária diversificação económica, e a serem capazes de se integrar em cadeias de valor global, bem como a fortalecer a colaboração transfronteiriça e transnacional em áreas específicas.

• **Pilar dos direitos sociais:** O Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve fazer parte de uma estratégia económica e social global da UE/UEM para fomentar o aumento da competitividade das nossas economias, o crescimento, a criação de emprego e a coesão social em toda a Europa.

• **Prioridades sociais:** Ao nível social, a UE deve promover a troca de experiências entre os Estados-Membros e a criação de um quadro que incentive o desenvolvimento de parcerias entre os principais atores para o desenvolvimento de reformas que visem a modernização dos mercados de trabalho, dos sistemas de educação e formação profissional e, ainda, dos sistemas de proteção social.

• **Diálogo social:** Os parceiros sociais desempenham um papel essencial na conceção e implementação de soluções que permitam o desenvolvimento económico e social da Europa. As competências e autonomia dos

parceiros sociais, quer ao nível nacional, quer ao nível europeu, têm de ser respeitadas.

- **Política Social:** A UE no desenvolvimento da sua

política social deve, em consonância com TFUE e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiar e complementar a ação dos Estados-Membros, respeitando, assim, o princípio da subsidiariedade.

4. UMA EUROPA QUE AVANÇA SEM BARREIRAS

O mercado único é a ferramenta mais importante para a Europa proporcionar prosperidade e bem-estar às suas empresas e cidadãos, trazendo benefícios concretos e tangíveis em vários aspetos da vida quotidiana, seja a viajar ou a concluir negócios mais facilmente em toda a Europa. A sua construção levou à abolição de centenas de barreiras técnicas, jurídicas e burocráticas que entravavam o comércio de bens, a prestação de serviços e a livre circulação de pessoas e capitais num mercado de cerca de 500 milhões de consumidores. O acesso a um mercado com esta dimensão contribui para que as empresas europeias (entre as quais 20 milhões de PME) sejam competitivas na economia mundial. O mercado único tornou também a Europa mais atrativa para os investidores estrangeiros.

Proteger e avançar com o nosso mercado único deve estar no centro dos esforços da UE. Mas, como empresas, estamos bem cientes de que o mercado único não está plenamente concluído: a fragmentação, a fraca implementação, e diferentes exigências nacionais ainda impõem várias dificuldades para que as empresas possam atravessar fronteiras.

- **Um mercado sem barreiras:** O mercado único tem de se tornar um mercado sem barreiras, permitindo a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital, bem como de dados. É também necessário contrariar a introdução de medidas nacionais que prejudicam o seu bom funcionamento e avançar com determinação em domínios onde a fragmentação dos mercados é mais notória, como a energia e a economia digital.

- **Mercadorias:** No domínio da livre circulação de mercadorias é preciso tornar mais efetivo o princípio do reconhecimento mútuo (nas áreas em que não existe harmonização) e eliminar a concorrência desleal decorrente de bens que não cumprem as regras europeias, nomeadamente por parte de fabricantes de países terceiros. Neste contexto, os controlos nas fronteiras externas devem ser eficazes e uniformemente executados.

- **Serviços:** Quanto à livre prestação de serviços, os problemas existentes não decorrem apenas de meras dificuldades administrativas, mas também da falta

de harmonização ao nível regulatório. A completa transposição e implementação da Diretiva de Serviços em todos os Estados-Membros continua a ser essencial para resolver muitos dos problemas que os prestadores de serviços enfrentam no acesso ao mercado. A par da implementação eficaz dos Balcões Únicos, ultrapassando as suas limitações e deficiências atuais, o melhor cumprimento da Diretiva Serviços deve ser obtido através de uma política de vigilância e tolerância zero conduzida pela Comissão Europeia.

- **Fiscalidade:** A harmonização fiscal na área da tributação direta das empresas terá de avançar na medida em que seja necessária para evitar que as economias europeias se digladiem em guerras fiscais que distorcem a concorrência no seio do mercado único.

- **Regulamentação eficiente:** A União Europeia necessita de um sistema de regulamentação modernizado, e que atente aos desenvolvimentos rápidos dos dias de hoje, assegurando também a transposição correta a nível nacional. Precisamos de desenvolver uma Europa

com um ambiente regulatório saudável, previsível e interessante para as empresas.

• **Digital:** A União Europeia tem um papel importante na coordenação de uma abordagem comum aos desafios da transformação digital e no desenvolvimento de um verdadeiro Mercado Único Digital, que permita enfrentar com sucesso os desafios da globalização e facilite o desenvolvimento deste mercado, tanto do lado da oferta como da procura. Quanto a um sistema de tributação adequado para a era digital, é essencial que quaisquer propostas nesta área sejam acordadas internacionalmente no quadro da OCDE.

• **Energia:** A UE precisa de desenvolver um verdadeiro mercado interno da energia, conseguido através da promoção de interconexões, fluxos energéticos e gestão transfronteiras, permitindo uma maior concorrência, segurança do aprovisionamento e preços competitivos em toda a Europa sem exceções. Tal é essencial para que a Europa como um todo, e Portugal em particular, possa garantir energia de baixo carbono confiável e competitiva para as suas empresas e cidadãos. É, pois, urgente completar um mercado único da energia verdadeiramente integrado e competitivo, através da criação de uma base legislativa comum e de investimentos nas interconexões transfronteiras de gás natural e eletricidade. Os progressos nestas duas áreas são fundamentais para: garantir a segurança do abastecimento energético e proteger a Europa de choques energéticos externos; encorajar o investimento na geração renovável, o que em Portugal

é mais rentável do que noutras zonas da Europa com menos sol e piores condições de vento, permitindo o acesso a um mercado mais vasto e, portanto, custos energéticos mais competitivos. Para obter custos energéticos mais competitivos é fundamental reduzir progressivamente as taxas e impostos que elevam os preços para os consumidores industriais e modernizar as infraestruturas energéticas para estabelecer um mercado integrado de energia. A reforma do regime de comércio de licenças de emissão da UE pós-2020 deverá incluir uma melhor proteção contra a fuga de carbono nos setores mais vulneráveis e estabelecer este regime como o principal instrumento para a descarbonização da indústria.

• **Infraestruturas:** Para além dos investimentos nas interconexões transfronteiras de gás e eletricidade, já referidos, o desenvolvimento do mercado interno requer que as redes de infraestruturas de transporte sejam expandidas e melhoradas, para se adaptarem às futuras necessidades de transporte da Europa. Para tal, a UE e os Estados-Membros devem mobilizar montantes significativos de investimento, sendo prioritária a conclusão da rede transeuropeia de transportes (RTE-T). Para Portugal, a prioridade consiste na construção dos corredores ferroviários – norte e sul – de ligação com a Europa, em bitola europeia, por forma a oferecer um serviço competitivo para mercadorias. Importa ainda investir nas infraestruturas de banda larga de muito alta velocidade, indispensáveis à criação de um ecossistema europeu de serviços digitais interoperáveis e interligados que sustentem o mercado único digital.

5. UMA ZONA EURO DINÂMICA E RESILIENTE

Nos últimos 20 anos, a União Económica e Monetária facilitou o controlo da inflação e trouxe vantagens inegáveis para as empresas, eliminando, dentro da zona euro, o risco cambial. Contribuiu para mercados mais transparentes e mais competitivos e para o aumento das trocas comerciais.

Fundado por 11 Estados-Membros, o euro é hoje a moeda oficial em 19 países da União Europeia. É a segunda moeda internacional mais importante, com cerca de 60 países do mundo a utilizá-la ou a indexá-la à sua própria moeda. É amplamente aceite como meio de reserva, de denominação de títulos e de pagamento: em 2017, foi utilizado em 36% dos pagamentos internacionais, perdendo apenas para o dólar dos EUA (que foi utilizado em 40% dos pagamentos).

Se é certo que a crise tornou visíveis algumas falhas na sua construção, a União Económica e Monetária foi fortalecida no seu quadro institucional e o Banco Central Europeu emergiu como a entidade chave na superação da crise. O euro demonstrou a sua resiliência, contrariando vaticínios catastrofistas, protegeu as economias da zona euro de consequências mais graves e proporcionou-lhes uma base sólida para a sua recuperação.

É necessário aprofundar e completar a União Económica e Monetária, que não se pode limitar a consolidar as finanças públicas, mas que deve também responder à necessidade de uma maior convergência entre as economias dos Estados-Membros e ao desenvolvimento de novos mecanismos que aumentem a resiliência da zona euro a choques externos. Isto requer ações tanto a nível dos países deficitários como excedentários. Precisamos também de concluir a União Bancária, e assegurar as condições necessárias ao investimento, incluindo através de medidas para facilitar o financiamento. Por último, o processo de revisão e simplificação da regulamentação Europeia deve progredir – este é um fator-chave para aumentar a atratividade da Europa como um destino de investimento.

O aprofundamento da União Económica e Monetária vai implicar, na nossa perspetiva, os seguintes avanços:

- **União Bancária:** A União Bancária tem de ser concluída com o Sistema de Garantias de Depósitos a nível europeu após termos o Mecanismo Único de Resolução e o Mecanismo Único de Supervisão. Importa também reequacionar o atual privilégio em termos de consumo de capital e de limites mais alargados de exposição de que beneficia a dívida pública nacional nos balanços dos bancos.
- **Mercados de Capitais:** Avançar para uma União de Mercados de Capitais por forma a que a economia da zona euro se comece a financiar mais no mercado de capitais, deixando o quase monopólio bancário no seu financiamento.
- **Ativo Europeu:** Criação dum Ativo Europeu sem riscos, sob forma dum instrumento comum de emissões da dívida pública, para favorecer a liquidez e diversificação dos balanços bancários.
- **Coordenação económica:** Os Estados-Membros e os países da zona euro, em particular, devem coordenar melhor suas ações a nível económico através da aplicação reforçada do mecanismo de desequilíbrios macroeconómicos. Para avançar, precisamos de esforços de todos os países, tanto dos países excedentários quanto dos deficitários, ao mesmo tempo em que garantimos a responsabilidade individual e o respeito pelas regras comuns acordadas.
- **Semestre Europeu:** O Semestre Europeu tem que melhor garantir a implementação de reformas estruturais procurando formas de criar maiores incentivos quando um Estado-Membro leva por diante importantes reformas nacionais, em vez de um sistema de multas e ameaças.
- **Regras orçamentais:** As regras orçamentais da zona euro devem ser revistas, tornando-se mais simples, mais operacionais, mais transparentes e mais favoráveis ao crescimento. Finanças públicas saudáveis são fundamentais para uma economia sustentável e equilibrada. Mas os esforços não podem ser de consolidação cega e é necessário não negligenciar a qualidade das finanças públicas e assegurar uma estratégia macroeconómica global coerente, nas suas vertentes de política estrutural, orçamental e monetária.
- **Orçamento para a zona euro:** É preciso concluir negociações para a criação de uma capacidade orçamental da zona euro, para financiar investimentos comuns e ter um papel estabilizador contra os choques assimétricos.
- **Fundo Monetário Europeu:** O Mecanismo Europeu de Estabilidade deve ser transformado num Fundo Monetário Europeu para acorrer aos países em dificuldades financeiras momentâneas nos mercados financeiros, financiando-os a médio e longo prazo. A criação, neste âmbito, de um mecanismo de salvaguarda do Fundo Único de Resolução (caso este não tenha os recursos suficientes em caso de crise bancária séria), deverá, na nossa opinião, ser antecipado para 2020.

A **CIP – Confederação Empresarial de Portugal** representa, através da sua rede associativa, 114.566 empresas, que empregam 1.541.539 trabalhadores e têm um volume de negócios de 105.208 milhões de euros.

Fundada em 1974, tem como visão ser a confederação empresarial mais representativa a nível nacional, uma estrutura associativa patronal forte, homogénea e abrangente que possa defender mais eficazmente os interesses das empresas portuguesas e representa, de uma forma transversal e equilibrada, entidades associativas sectoriais e regionais, bem como todas as Câmaras de Comércio e Indústria de Portugal.

Faz parte, a nível nacional, do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social, entre muitos outros órgãos consultivos e comissões especializadas, e, a nível internacional, da BusinessEurope, BIAC, OIE e OIT.

Tem a sua sede em Lisboa e delegações no Porto e em Bruxelas.





CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

SEDE CIP LISBOA

Praça das Indústrias 1300-307 Lisboa
T. +351 213 164 700 F. +351 213 579 986
geral@cip.org.pt
GPS 38°41'57"N | 09°10'58"W

CIP PORTO

Av. Dr. António Macedo 4450-617 Leça da Palmeira
T. +351 226 007 083 F. +351 226 062 010
associados@cip.org.pt
GPS 41°11'45.19"N | 8°41'21.21"W

CIP BRUXELAS

Av. de Cortenbergh, 168, 6ème étage 1000 Bruxelas
Bélgica
T. +32 273 252 57
cipbrussels@cip.org.pt



CIP - Confederação Empresarial de Portugal



CIP - Confederação Empresarial de Portugal



@cip_empresarial



Confederação Empresarial de Portugal

cip.org.pt